



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 2.480, DE 2025

Reconhece Nacionalmente a Profissão de Vigilante e Agente de Segurança Privada como atividade de risco para fins de aquisição de produtos e equipamentos destinados à sua própria segurança e defesa pessoal e dá outras providências.

Autora: Deputada ROSÂNGELA REIS

Relator: Deputado CAPITÃO ALDEN

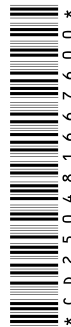
I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição de autoria da Deputada Rosângela Reis que visa reconhecer as profissões de vigilante e de agente de segurança privada como atividades de risco, de forma que esses profissionais estejam autorizados a adquirir produtos e equipamentos destinados à sua própria segurança e defesa pessoal.

A justificação ressalta que os profissionais vigilantes e agentes de segurança privada estão expostos a situações de perigo como consequência da sua função de defender patrimônios ou indivíduos. Observa que tem crescido o nível de violência e de criminalidade, de forma que é necessário que esses profissionais tenham acesso a produtos e a equipamentos de segurança pessoal para a proteção próprio.

O projeto foi submetido à Comissão de Trabalho, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fui designado para relatar a matéria em 27/08/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

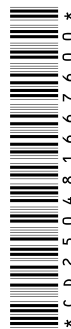
Os profissionais de segurança são essenciais para o funcionamento das organizações privadas ante ameaças externas. Não se concebe como poderia funcionar uma instituição financeira sem que estivesse ativo um sistema de defesa que garanta que terceiros não interfiram de forma violenta na dinâmica operacional. Da mesma forma, não haveria garantir que artistas famosos pudessem executar suas performances sem a garantia de que o público externo não interfira sobre a apresentação.

Dou esses exemplos para ressaltar a importância do serviço prestado por esses profissionais para que empreendimentos sociais relevantes possam funcionar.

Sem dúvida essa é uma atividade de risco, em que o profissional deve estar disposto a confrontar atividades maliciosas com risco à sua própria vida. Por isso mesmo é garantido às empresas de segurança privada e de transporte de valores o porte de arma de fogo, tal como previsto no inciso VIII do art. 6º da Lei nº 10.826/2023. Assim, os profissionais de segurança privada estão autorizados a portar armas de fogo durante o seu exercício funcional.

Por outro lado, o que estamos discutindo aqui é se esses profissionais também estão autorizados a portar arma de fogo fora do serviço, em suas atividades cotidianas.

Entendemos que, de fato, esses profissionais estão submetidos a riscos à própria segurança muito superiores à média da população. Para mostrar isso, imaginemos a seguinte situação hipotética: uma organização criminosa pretende fazer um ataque a um banco e, como forma de desativar o serviço de segurança do estabelecimento, elabora uma lista dos profissionais que atuam na segurança da instituição e faz um ataque contra os próprios profissionais, em sua





CÂMARA DOS DEPUTADOS

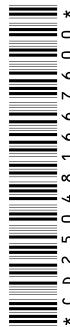
Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

vida privada, antes do ataque ao banco. Esse exemplo demonstra que mesmo na sua vida privada os profissionais de segurança podem ser alvo de ataque.

Sendo assim, somos favoráveis ao Projeto.

Pretendemos apenas promover algumas alterações no texto para fazer os seguintes ajustes:

- o porte de arma de fogo é regulamentado pela Lei nº 10.826/2003, cujo art. 6º traz as hipóteses em que se admite o porte. Alteramos o texto para que seja feita uma alteração a esse dispositivo, e não para a criação de uma lei autônoma;
- consolidamos a nomenclatura que foi utilizada na recente Lei nº 14.967/2024, particularmente a qualificação dos profissionais como profissionais de segurança privada;
- estabelecemos que o interessado deverá comprovar sua contratação junto a um prestador de serviços de segurança privada ou a um serviço orgânico de segurança privada, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos para o exercício da profissão, conforme previsto no art. 28 da Lei nº 14.967/2024. A renovação da autorização deverá ocorrer de forma coincidente com os prazos dos exames psicotécnicos e das reciclagens obrigatórias da categoria.
- o reaproveitamento do exame psicotécnico já realizado pelo profissional de segurança privada, evitando duplicidade de exames e burocracia desnecessária, desde que atendidos os critérios de validade e atualização exigidos pela Polícia Federal.
- determinamos que o empregador deverá notificar a Polícia Federal sobre eventual término da relação de trabalho, qualquer que seja o motivo, a fim de que haja algum controle sobre a permanência da relação de emprego; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- previmos como motivo que justifica a demissão por justa causa o fato de o profissional de segurança privada ter utilizado a arma funcional ou a sua arma privada para o cometimento de ato ilícito.

Em conclusão, votamos pela aprovação do PL nº 2.480/2025 na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator

Apresentação: 29/09/2025 12:42:41.517 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 2480/2025

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.480/2025

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e a Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, para autorizar o porte de arma de fogo por parte dos profissionais de segurança privada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

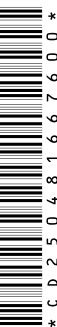
"Art. 6º

VIII – os prestadores de serviços de segurança privada, os serviços orgânicos de segurança privada e o serviço de segurança privada em instituições financeiras, bem como pelos respectivos profissionais de segurança privada, nos termos desta Lei e da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024

§ 8º Aos profissionais de segurança privada será autorizado o porte de arma de fogo, cabendo ao interessado comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no art. 28 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, bem como a realização e atualização periódica de curso de formação ou especialização em centros de formação credenciados, nos termos da regulamentação vigente.

§ 9º A autorização prevista no § 8º terá validade coincidente com o prazo dos exames e das reciclagens obrigatórias, sendo admitida a renovação mediante o aproveitamento dos exames já realizados.

§ 10º O exame psicotécnico realizado pelo profissional de segurança privada para fins de ingresso e manutenção da atividade, nos termos da Lei nº 14.967/2024, será considerado válido para a concessão e renovação do porte de arma de fogo previsto nesta Lei, desde que atenda aos critérios





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

mínimos estabelecidos pela Polícia Federal e esteja dentro do prazo de validade.

.....”

Art. 2º A Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30-A. Os profissionais de segurança privada poderão obter autorização para o porte de arma de fogo, observadas as condições determinadas no § 8º do art. 6º da Lei nº 10.826/2003.

§ 1º O empregador do profissional de segurança privada deverá notificar a Polícia Federal sempre que ocorrer o término da relação de trabalho, independentemente da causa do término, sem prejuízo da validade da autorização, que permanecerá condicionada à manutenção da aptidão técnica e psicológica.

§ 2º A utilização de arma funcional ou privada pelo profissional de segurança privada para o cometimento de ilícito, ainda que fora do exercício profissional, configura hipótese de justa causa que justifica a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator

